

Bloco de Esquerda questiona aumento das listas de espera para cirurgias

O líder do BE/Açores, António Lima, considerou que a região possui recursos para “fazer mais” no setor da saúde e criticou a gestão pública dos últimos três anos de governo de direita (PSD/CDS-PP/PPM).

Numa conferência de imprensa em Ponta Delgada, António Lima disse que “há recursos, nem sempre suficientes para se ter a saúde que se gostaria, mas são adequados para conseguir fazer mais e melhor”.

Afirmado que existe um orçamento regional e que há sempre o dilema “de se canalizar mais ou menos recursos para o Serviço Regional de Saúde (SRS)”, o bloquista defendeu que a questão passa “naturalmente também pela gestão”.

Questionado sobre o problema estrutural do setor da Saúde nos Açores e a eventual necessidade de o Estado proceder a um saneamento financeiro do SRS, António Lima referiu que, “se houver um Governo da República que efetivamente considere que há que apoiar as regiões autónomas numa determinada situação mais crítica em termos financeiros, não vejo por que isso não possa ser posto em cima da mesa”.

No entanto, considerou que não se



pode “gerir uma região a pensar nisto”.

No diagnóstico feito ao SRS, António Lima considerou que se “conheceu recentemente que o subfinanciamento continua com este governo e em força”, quando o seu presidente e o titular da pasta da Saúde anunciaram que este iria terminar.

O dirigente do BE/Açores exemplificou que os três hospitais públicos tiveram um prejuízo de 27 milhões de euros em 2022 e, no primeiro semestre de 2023, “os prejuízos já atingiram 11,8 milhões”.

De acordo com o parlamentar, os resultados do SRS “só podem ser consequência de um financiamento muito insuficiente ou de má gestão, ou ambas”.

António Lima referiu que a produção cirúrgica “é feita cada vez mais” por “equipas fora do horário normal de trabalho, que são pagas à parte, são mais caras e constituem por isso um ‘outsourcing’ da atividade clínica do SRS”.

Citando dados oficiais do boletim do Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia nos Açores (SI-

GICA), o dirigente do Bloco declarou que “hoje há mais 1.100 açorianos em lista de espera cirúrgica do que havia em 2019”, sendo que as consultas presenciais no Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, sofreram uma redução de quatro mil em 2022 quando comparado com 2019.

António Lima recordou que apresentou há cerca de um ano, no parlamento regional, uma proposta para incentivos à fixação de médicos nos Açores, o que a maioria parlamentar recusou para “agora reconhecer que o sistema é mau”.

“Temos um SRS com os mesmos problemas que em 2020. Entretanto perderam-se três anos”, referiu o dirigente do BE/Açores.

O dirigente bloquista referiu que - no capítulo da pretensão de revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, por parte do Governo dos Açores, por forma a acautelar os custos acrescidos com a Saúde no arquipélago - “está à espera para ver como é que se concretiza essa ideia”.

“Se é a solução que a Madeira já apresentou em termos de projeto de resolução na Assembleia Legislativa, temos sérias dúvidas que sirva os Açores”, disse.

PS pergunta se Governo Regional não tem dinheiro para pagar aos pescadores

O deputado do PS/Açores, Mário Tomé, questionou o Governo Regional sobre se “não tem dinheiro” para assegurar a participação regional dos apoios aos pescadores, como afirma ter acontecido na agricultura.

Num requerimento entregue no parlamento dos Açores, o deputado socialista pergunta ao executivo açoriano se “informou o Governo da República, à semelhança do que aconteceu no setor da agricultura, para atrasar a disponibilização do mecanismo excecional criando no âmbito do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP)”.

Mário Tomé estranha que “a Região Autónoma da Madeira já tenha publicado portarias que permitem aos pescadores madeirenses candidatar-se a estes apoios”, mas que “nada se saiba acerca destes pagamentos na Região Autónoma dos Açores”.

Por isso, questiona se o executivo “tem, ou não tem, as condições financeiras de assegurar esse pagamento” e, se sim, para quando prevê a sua atribuição aos armadores e aos restantes agentes do setor das pescas.

“Estamos a falar de um total de 23,5 milhões de euros, em grande parte provenientes do FEAMP, verbas que já foram disponibilizadas aos armadores do continente e da Madeira, mas nos Açores o que verificamos é que o Governo Regional virou costas aos nossos pescado-



res, deixando-os à sua sorte”, afirma o deputado da oposição.

O parlamentar questiona igualmente o Governo Regional sobre o apoio extraordinário ao rendimento dos pescadores, no âmbito de uma recomendação ao executivo açoriano proposta pelo PS/Açores e aprovada, por unanimidade, na Assembleia Legislativa Regional, em setembro de 2022.

Mário Tomé sublinhou que, 10 meses depois, os pescadores e armadores açorianos “nada sabem sobre este apoio aprovado no parlamento dos Açores”, inclusive com o “voto favorável dos partidos que dão sustento a este Governo Regional, o PSD, CDS-PP, PPM, IL e Chega”.

Chega denuncia falta de casas de banho em locais turísticos da ilha

O Chega/Açores denunciou a falta de casas de banho em locais turísticos da ilha de São Miguel, como nos miradouros da Lagoa do Fogo e da Vista do Rei, e vai questionar o Governo Regional sobre a situação.

O deputado José Pacheco visitou o miradouro da Lagoa do Fogo onde foi confrontado com “a falta de instalações sanitárias, denunciada quer por locais, quer por turistas, que visitam aquele ponto turístico”.

José Pacheco fez o percurso atualmente servido por um ‘shuttle’ (um serviço de transporte que sai da Caldeira Velha, concelho da Ribeira Grande, e termina na Casa da Água, Lagoa, fazendo depois o percurso inverso), e verificou que “apenas na paragem dos Remédios existem instalações sanitárias para servir convenientemente quem usufrui deste serviço”.

“Quem utiliza o ‘shuttle’ a partir da Caldeira Velha também não tem casas de banho disponíveis no parque de estacionamento e apenas se entrar no Centro de Interpretação daquele monumento natural pode usar as instalações sanitárias”, explicou o partido em comunicado. O parque de estacionamento do miradouro da Lagoa do Fogo também não disponibiliza instalações sanitárias, tendo o Chega “testemunhado a necessidade de vários turistas, que procuraram insistentemente casas de

banho, acabando por usar as imediações para resolverem a sua necessidade na natureza”. O deputado considera que a situação necessita de melhorar “já que os turistas têm de pagar para poderem usar o ‘shuttle’” e “convém que lhes sejam dadas algumas condições, nomeadamente uma casa de banho”. “O mesmo se aplica aos residentes que também têm de pagar para estacionar no parque do miradouro. É certo que um miradouro é um ponto de passagem, mas, pelo menos, uma casa de banho, para que alguém possa fazer as suas necessidades fisiológicas”, salientou, citado na nota. José Pacheco lembrou que também ocorre uma situação semelhante no miradouro da Vista do Rei, nas Sete Cidades, onde já funcionaram casas de banho, “mas estão fechadas”. “Num ponto turístico como a Vista do Rei, onde até há venda ambulante de comida e bebida, não há uma casa de banho e as pessoas têm de recorrer à natureza”, relatou. Para o Chega, a situação poderia ser contornada com casas de banho portáteis, “que até poderiam ser pagas” pelos utilizadores. “Esta poderia ser uma forma de contornar a situação, garantir que não havia vandalismo porque estariam fechadas e seria até uma forma de receita, para manutenção das mesmas ou até para garantir alguém em permanência para tomar conta da infraestrutura”, defendeu José Pacheco.